



Recebido 03/10/16

Integra a presente LICENÇA SIMPLIFICADA, 01 (um) anexo contendo 16 (dezesesseis) Condicionantes que deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos por este Órgão.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

ANEXO

LICENÇA SIMPLIFICADA Nº: 70/2016

PROCESSO: 59228105

EMPRESA/NOME: COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ/CPF: 28.151.363/0001-47

ATIVIDADE: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) - IRUPI, LOCALIZADA NAS COORDENADAS MÉDIAS DE REFERÊNCIA UTM 24K: 224583 E / 7747254 N (DATUM WGS 84).

LOCAL DA ATIVIDADE: ACESSO PELA RUA JOÃO COSTA - S/N - SEDE

MUNICÍPIO: IRUPI/ES

CONDICIONANTES:

1. ESTA LICENÇA FOI EMITIDA COM FUNDAMENTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 012, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008, PUBLICADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2008, DEVENDO O REQUERENTE ATENDER A TODOS OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NA REFERIDA INSTRUÇÃO NORMATIVA OU OUTRAS QUE PORVENTURA VIEREM A RETIFICÁ-LA, COMPLEMENTÁ-LA OU SUBSTITUÍ-LA.
2. INSTALAR, PLACA INFORMATIVA DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO E LEITURA, COM FUNDO BRANCO, NAS DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,20M X 0,80M, COM O SEGUINTE TEXTO:
NOME: COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
PROCESSO IEMA Nº 59228105 LICENÇA SIMPLIFICADA Nº 70/2016
ATIVIDADE: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) - IRUPI
TELEFONE DO IEMA (27) 3636-2599 (FISCALIZAÇÃO).
PRAZO 90 (NOVENTA) DIAS.
3. TODO FRAGMENTO FLORESTAL EXISTENTE NO ENTORNO DA ÁREA ÚTIL DEVERÁ SER PRESERVADO. QUALQUER SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SOMENTE PODERÁ OCORRER COM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO IEMA QUANTO À FAUNA E DO IDAF QUANTO À FLORA, DEVENDO CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DO IDAF SER ENCAMINHADA AO IEMA NO PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS EXPEDIÇÃO.
4. O EMPREENDEDOR DURANTE A OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DEVERÁ:
A) GARANTIR A EFICIÊNCIA MÍNIMA ESTABELECIDA EM PROJETO, ASSIM COMO NÃO PERMITIR QUE SEU EFLUENTE CAUSE IMPACTO AO CORPO RECEPTOR ATENDENDO AO PRECONIZADO EM LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;
B) GARANTIR A ESTANQUEIDADE DA ESTRUTURA DAS UNIDADES DA ETE PARA EVITAR POSSÍVEIS VAZAMENTOS;
C) MANTER EM OPERAÇÃO A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO DA VAZÃO AFLUENTE E EFLUENTE DA ESTAÇÃO VISANDO GARANTIR CONTROLE OPERACIONAL;
D) REALIZAR A RETIRADA DE LODO E A SUA DEVIDA DESTINAÇÃO DE FORMA QUE A MANUTENÇÃO DA EFICIÊNCIA DE TRATAMENTO NÃO SEJA PREJUDICADA;
E) MANTER O CERCAMENTO DA ÁREA DE FORMA A EVITAR A ENTRADA DE TERCEIROS E ANIMAIS NA ESTAÇÃO;
F) MANTER A ÁREA INTERNA DA ETE EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DEVENDO PARA TANTO SER REALIZADO OS DEVIDOS SERVIÇOS DE CAPINA E LIMPEZA NO INTERIOR DA ESTAÇÃO;
G) GARANTIR QUE O DISPOSITIVO PARA O LANÇAMENTO DE EFLUENTE NÃO CAUSE IMPACTO AMBIENTAL SIGNIFICATIVO, PRINCIPALMENTE VISUAL;
H) GARANTIR QUE NÃO OCORRAM TRANSBORDAMENTOS DAS ESTRUTURAS E ALAGAMENTO NA ÁREA DA ESTAÇÃO.
5. EM CASO DE LANÇAMENTO DE EFLUENTE EM CURSO D'ÁGUA (DEVIDAMENTE OUTORGADO) OU EM REDES DE DRENAGENS (DEVIDAMENTE AUTORIZADAS), REALIZAR O MONITORAMENTO DOS EFLUENTES TRATADOS, CONFORME PARÂMETROS E FREQUÊNCIAS ESTABELECIDOS NA TABELA 01



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

DA INSTRUÇÃO NORMATIVA (IEMA) Nº 13 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014. MANTER EM ARQUIVO, PARA CONSULTA DO IEMA SEMPRE QUE NECESSÁRIO, OS MONITORAMENTOS A QUE TRATAM A PRESENTE CONDICIONANTE. OS MONITORAMENTOS DEVERÃO SER REALIZADOS POR LABORATÓRIOS ACREDITADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO OU POR OUTRO ORGANISMO SIGNATÁRIO DO MESMO ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA DO QUAL O INMETRO FAÇA PARTE. CASO ALGUM PARÂMETRO APRESENTE VALOR FORA DO PERMITIDO PELAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E/OU PRECONIZADAS EM REFERENCIAL TEÓRICO, A EMPRESA DEVERÁ ADOTAR MEDIDAS PARA ADEQUAÇÃO DE SEU EFLUENTE AOS PADRÕES PERMISSÍVEIS.

6. ATENDER INTEGRALMENTE A PORTARIA DE OUTORGA EXPEDIDA E SUAS ATUALIZAÇÕES, NOS CASOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (CAPTAÇÃO E/OU LANÇAMENTO DE EFLUENTES TRATADOS).
7. A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) DEVERÁ GARANTIR O CONTROLE E O TRATAMENTO DE POSSÍVEIS ODORES E PROLIFERAÇÃO DE VETORES ORIUNDOS DA ESTAÇÃO, ASSEGURANDO A EFICIÊNCIA NECESSÁRIA PARA QUE NÃO OCASIONE TRANSTORNO AO BEM ESTAR E À SAÚDE DA POPULAÇÃO.
8. APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DA LICENÇA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL SEMPRE QUE A ATIVIDADE FOR VISTORIADA.
9. O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NÃO PODERÁ CAUSAR INCÔMODO AO BEM ESTAR DA POPULAÇÃO. CASO SEJA VERIFICADA A NECESSIDADE, DURANTE TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA LICENÇA, O IEMA PODERÁ SOLICITAR A REALIZAÇÃO DE NOVAS ADEQUAÇÕES E MELHORIAS QUE NÃO CONSTAM DESTA LICENÇA.
10. O IEMA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, SOLICITAR A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, CASO ENTENDA NECESSÁRIO.
11. COMUNICAR AO IEMA, EM CASO DE ALTERAÇÕES CADASTRAIS OU DE MUDANÇA DE TITULARIDADE DA ATIVIDADE NO PRAZO MÁXIMO DE **15 (QUINZE) DIAS** APÓS A ALTERAÇÃO OU A MUDANÇA.
12. COMUNICAR AO IEMA A OCORRÊNCIA DE PARALISAÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA, CASO APLICÁVEL, NO **PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS A PARALISAÇÃO**, E AINDA ATENDER AOS SEGUINTE CRITÉRIOS, CONFORME SUA APLICABILIDADE:
 - A. EM CASO DE PARALISAÇÃO COM O ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES A EMPRESA DEVERÁ SOLICITAR O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO E APRESENTAR RELATÓRIO DE DESMOBILIZAÇÃO E/OU DE DESCARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE, ACOMPANHADO DE CRONOGRAMA.
 - B. EM CASO DE PARALISAÇÃO COM ENCERRAMENTO DAS OPERAÇÕES E IMPOSSIBILIDADE DE DESMOBILIZAÇÃO E/OU DESCARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE DEVERÃO SER APRESENTADAS AS JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO DO IEMA.
13. A CONSTATAÇÃO DA OPERAÇÃO DA ATIVIDADE EM DESACORDO COM AS INFORMAÇÕES PRESTADAS JUNTO AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO OU COM AS CONDICIONANTES ACIMA, SUJEITARÃO A EMPRESA, SEUS REPRESENTANTES, SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTRATADOS ENVOLVIDOS ÀS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS EM LEI, ALÉM DE SEREM ADOTADAS AS PROVIDÊNCIAS PARA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E CRIMINAL.
14. REQUERER RENOVAÇÃO DESTA LICENÇA ATÉ **120 (CENTO E VINTE) DIAS** ANTES DO SEU VENCIMENTO.
15. ESTA LICENÇA SE REFERE APENAS AOS ASPECTOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE EM QUESTÃO E, CONFORME DISPOSTO NO ART. 12, § 1º, DO DECRETO ESTADUAL Nº 1.777/07, NÃO EXIME O SEU TITULAR DA APRESENTAÇÃO, AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, DE OUTROS DOCUMENTOS LEGALMENTE EXIGÍVEIS. TAMBÉM NÃO INIBE OU RESTRINGE DE QUALQUER FORMA A AÇÃO DOS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

DEMAIS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES FISCALIZADORAS NEM DESOBRIGA A EMPRESA DA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÕES, ANUÊNCIAS, LAUDOS, CERTIDÕES, CERTIFICADOS OU OUTROS DOCUMENTOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, SENDO DE SUA RESPONSABILIDADE A ADOÇÃO DE QUALQUER PROVIDÊNCIA NESSE SENTIDO.

16. A CONTAGEM DO PRAZO DESTA LICENÇA E DAS CONDICIONANTES ACIMA SE INICIA A PARTIR DA EMISSÃO DA MESMA.

ESPÍRITO SANTO, **SEGUNDA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 2016**

Ingrid Ananias Silveira



Gerente de Controle Ambiental
IEMA/DT/GCA

